



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região



PORTARIA JP N.º 65, DE 28 DE MAIO DE 2020.

O DESEMBARGADOR DO TRABALHO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO, usando de suas atribuições legais, diante do disposto no art. 8 do Regulamento Geral,

R E S O L V E determinar a publicação do anexo Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de maio/2019 a abril/2020, nos termos do artigo 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000.

(assinado digitalmente)

SÉRGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Desembargador Presidente

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO/2019 A ABRIL/2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1.00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	LIQUIDADAS													TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
	MAI/2019	JUN/2019	JUL/2019	AGO/2019	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020				
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	72.608.377,30	73.818.431,59	73.323.906,93	73.719.480,76	74.037.066,09	73.830.023,01	113.723.402,66	83.041.960,29	104.474.548,07	72.844.428,97	75.055.971,18	74.564.235,32	965.041.832,17	3.676.311,22	968.718.143,39	
Pessoal Ativo	55.265.793,54	56.365.580,28	55.933.878,60	56.038.722,03	55.970.485,70	55.731.975,46	86.550.784,89	61.291.481,77	77.039.981,04	54.408.055,38	56.658.358,66	56.149.317,31	727.404.414,66	2.172.501,06	729.576.915,72	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	47.343.976,97	48.420.829,97	48.005.015,30	48.142.731,07	48.139.976,43	47.940.882,86	71.037.045,01	53.382.972,10	69.329.280,76	46.605.085,89	46.832.531,08	46.296.074,66	621.476.402,10	1.814.223,67	623.290.625,77	
Obrigações Patronais	7.921.816,57	7.944.750,31	7.928.863,30	7.895.990,96	7.830.509,27	7.791.092,60	15.513.739,88	7.908.509,67	7.710.700,28	7.802.969,49	9.825.827,58	9.853.242,65	105.928.012,56	358.277,39	106.286.289,95	
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	17.342.583,76	17.452.851,31	17.390.028,33	17.680.758,73	18.066.580,39	18.098.047,55	27.172.617,77	21.750.478,52	27.434.567,03	18.436.373,59	18.397.612,52	18.414.918,01	237.637.417,51	1.503.810,16	239.141.227,67	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	15.283.903,22	15.256.256,98	15.326.831,83	15.599.024,87	16.012.787,80	15.970.647,40	24.010.319,40	19.573.793,11	24.301.668,62	16.233.830,11	16.232.253,51	16.242.465,03	210.043.781,88	1.503.810,16	211.547.592,04	
Pensões	2.058.680,54	2.196.594,33	2.063.196,50	2.081.733,86	2.053.792,59	2.127.400,15	3.162.298,37	2.176.685,41	3.132.898,41	2.202.543,48	2.165.359,01	2.172.452,98	27.593.635,63	0,00	27.593.635,63	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	17.416.946,25	17.604.433,45	17.586.766,99	18.276.581,10	18.763.329,76	15.441.953,26	1.114.866,23	7.251.575,29	27.484.159,65	18.460.956,60	18.410.684,21	18.507.314,87	196.319.567,66	2.397.891,09	198.717.458,75	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	74.362,49	150.138,45	190.953,93	563.445,92	683.500,22	657.085,08	1.109.226,04	732.169,83	49.592,62	24.583,01	13.071,69	92.396,86	4.340.526,14	0,00	4.340.526,14	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	1.443,69	5.784,73	32.376,45	13.249,15	0,00	24.812,11	6.492.392,72	0,00	0,00	0,00	0,00	6.570.058,85	2.397.891,09	8.967.949,94	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	17.342.583,76	17.452.851,31	17.390.028,33	17.680.758,73	18.066.580,39	14.784.868,16	-19.171,92	27.012,74	27.434.567,03	18.436.373,59	18.397.612,52	18.414.918,01	185.408.982,67	0,00	185.408.982,67	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	55.191.431,05	56.213.998,14	55.737.139,94	55.442.899,66	55.273.736,33	58.388.069,75	112.608.536,43	75.790.385,00	76.990.388,42	54.383.472,37	56.645.286,97	56.056.920,45	768.722.264,51	1.278.420,13	770.000.684,64	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	879.152.902.000,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	770.000.684,64	0,087584%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.321.982.218,74	0,150370%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.255.883.107,80	0,142852%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.189.783.996,86	0,135333%

FONTE: Tesouro Gerencial - Siatfi - Secof/TRT 9ª Região - 26/05/2020 - 11h00

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S):

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Os valores executados de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor não foram inseridos neste demonstrativo, conforme item 9.6 do Acórdão TCU 2097/2011, a saber:

- Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R\$ 3.204.621,41

3) Demonstrativo assinado digitalmente em 28/05/2020.



Documento 10 do PROAD 881/2020. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2020.GHGS.QGMP: <https://www.trt9.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>

(assinado digitalmente)
SÉRGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Desembargador Presidente

(assinado digitalmente)
EDSON MITSUO ITO
Ordenador da Despesa

(assinado digitalmente)
FABRÍCIO TEILO DE ARAÚJO
Diretor da Secretaria de Auditoria Interna

(assinado digitalmente)
VILMAR JOSÉ SIQUEIRA
Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO, ITEM 9.
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO/2019 A ABRIL/2020

R\$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	968.718.143,39
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	198.717.458,75
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	770.000.684,64

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	879.152.902.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100	0,087584%

		% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO VI	LRF, art. 20, incisos I, II e III	0,131673%	1.157.607.000,65
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente V2: ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,131635%
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente V2: ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,115872%
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente V2: ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,115657%
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015		0,150370%

VI Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
 V2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
 V3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

(assinado digitalmente)
SÉRGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
 Desembargador Presidente

(assinado digitalmente)
EDSON MITSUO ITO
 Ordenador da Despesa

(assinado digitalmente)
FABRÍCIO TEILO DE ARAÚJO
 Diretor da Secretaria de Auditoria Interna

(assinado digitalmente)
VILMAR JOSÉ SIQUEIRA
 Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças

